

PODER LEGISLATIVO		ANO XLVI - Nº 233 - PARTE II QUINTA-FEIRA - 17 DE DEZEMBRO DE 2020		3
- questionar, descrever ou comentar situações de seu dia-a-dia.		PROJETO DE LEI Nº 3469/2020		PROJETO DE LEI Nº 3471/2020
Portanto, considerando estes aspectos, desenvolver as capacidades comunicativas destas crianças, significa proporcionar a ela maior compreensão do que acontece em seu entorno e a capacidade de expressar suas necessidades e anseios. Temos que ter em mente que quanto maior a dificuldade, mais isolada e frustrada a criança poderá se sentir.		DISPOE QUE AS EMPRESAS DE TRANSPORTE COLETIVOS INTERMUNICIPAIS DETERMINEM QUE O MOTORISTA, QUANDO SOLICITADO POR PESSOA COM DEFICIÊNCIA, EFETUEM PARADAS FORA DO PONTO, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Autor: Deputado MARCELO CABELEIREIRO		ALTERA A LEI N.º 3586 DE 21 DE JUNHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE A REESTRUTURAÇÃO DO QUADRO PERMANENTE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, NA FORMA QUE MENCIONA. Autor: Deputado MARCIO GUALBERTO
Sendo assim, entendemos que é de suma importância o uso de técnicas e estratégias para melhorar ao máximo suas capacidades de comunicação por outros meios que não sejam a fala.		DESPACHO: A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Transportes; e da Pessoa com Deficiência. Em 16.12.2020. DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.		DESPACHO: A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Segurança Pública e Assuntos de Polícia; e de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle. Em 16.12.2020. DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.
Diante da grande importância desta proposição, peço aos nobres pares o apoio para a aprovação desta lei.		A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE: Art. 1º Dispõe que as empresas de transporte coletivos intermunicipais determinem que o motorista, quando solicitado por pessoa com deficiência, efetuem paradas fora do ponto de ônibus, para o embarque ou desembarque, exceto em pontes, viadutos e pistas de auto rolamentos, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 15 de dezembro de 2020. Deputado MARCELO CABELEIREIRO		A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE: Art. 1º - Adicione-se inciso VI ao artigo 6º da Lei n.º 3586 de 2001 com a seguinte redação: "Art. 1º - ... (...) Art. 6º - ... (...) VI - remuneração do trabalho noturno superior à do diurno."
INSTITUI O PLANO DE ATENÇÃO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - PAE - PARA ALUNOS COM DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM (DISLEXIA, DISGRAFIA E DISCALCULIA) NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Autor: Deputado MARCELO CABELEIREIRO		JUSTIFICATIVA As pessoas com deficiência tem uma maior dificuldade na sua locomoção, com isso, fica mais dificultoso para essas pessoas quando a sua parada de ônibus fica distante do seu objetivo final, fazendo com que elas tenham que se locomover por vários metros por calçadas desniveladas, com buracos, carros, além de outros obstáculos. Por esse fato, tínhamos no estado do Rio de Janeiro a lei 2.712 de 24 de abril de 1997, que dava a autorização ao motorista efetuar a parada fora do ponto, desde que solicitado por deficiente físico. Porém, a lei 2712/1997 foi revogada pela lei 7.329 de 8 de julho de 2016, com essa revogação as pessoas com deficiência passaram a não ter mais esse direito, pois a lei posterior em momento algum trata da matéria da lei revogada Em 2 de abril de 2018, entra em vigor a lei 7.934, que no seu artigo 1º tem a seguinte redação: Art. 1º Fica determinado que os veículos de transporte coletivo de linhas regulares intermunicipais do Estado do Rio de Janeiro, ficam obrigados a realizar desembarque de passageiros dos portadores de deficiência, idosos, e mulheres fora dos pontos fixados, depois de 22:00 horas. Apesar da boa intenção do legislador, é necessário para as pessoas com deficiência não ter essa limitação horária, como era na lei 2.712/1997, bem como adequarmos a questão da nomenclatura atualmente aplicada as pessoas com deficiência, como previsto no decreto 6.949/09 e na lei 13.146/2015. Por tanto, entendemos de suma importância que os ônibus possam parar para o embarque e desembarque de pessoas com deficiência fora do ponto, pois iremos oferecer uma maior qualidade vida para essas pessoas. Por esses fatos colocados, é que entendemos que é necessário uma lei específica sobre essa matéria para as pessoas com deficiência, para o atendimento pleno e efetivo desse seguimento da sociedade. Por fim, solicito aos meus pares a aprovação desse projeto de lei.		o inciso VI do artigo 6º desta Lei será acrescida de 20% (vinte por cento)." Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação. Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 15 de dezembro de 2020. Deputado MÁRCIO GUALBERTO
DESPACHO: A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Educação; de Saúde; de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional; e de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle. Em 16.12.2020. DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.		JUSTIFICATIVA O adicional ora introduzido por este Projeto de Lei é previsto no rol dos direitos sociais, consoante artigo ao 7º, inciso IX, da Carta Magna, e reproduzido no inciso V, do art. 83, da Constituição estadual e, sendo ele um direito fundamental, sua aplicabilidade é imediata, como se extrai do artigo 5.º, § 1º, da nossa lei maior, que, em seu artigo 39., § 3.º, estendeu tal direito aos servidores públicos. Assim, mesmo a ausência de lei estadual regulamentando o referido adicional ao policial civil, não pode obstar o pagamento da pecúnia aos servidores que exercem suas funções no horário considerado como noturno, questão já julgada pelo Órgão Especial do E. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (APELAÇÃO CÍVEL/REEXAME NECESSÁRIO 0069989- 37.2013.8.19.0001), e, mais recente e especificamente, em relação a dois policiais civis do ERJ, conforme https://extra.globo.com/economia/emprego/servidor-publico/tjrj-decide-que-policiais-civis-tem-direito-adicional-noturno-de-20-rv1-1-24796764.html , além do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no REsp 1310929 - Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES - SEGUNDA TURMA - Data do Julgamento - 16/05/2013 - Data da Publicação/Fonte DJe 22/05/2013). Nesse sentido, objetivando regulamentar a garantia do direito do policial civil do Estado do Rio de Janeiro à remuneração do trabalho noturno superior ao diurno, proponho, conforme reiterada jurisprudência sobre o tema, o adicional de 20% (vinte por cento), expresso no art. 73, do Decreto Lei nº 5.452 de 01 de Maio de 1943. Razões pelas quais peço e conto com o apoio dos meus nobres pares para a aprovação da presente propositura.		JUSTIFICATIVA A presente proposição é baseada em Lei que vigora no Estado de São Paulo e tem o escopo de proteger dados pessoais do consumidor. A Lei Geral de Proteção de Dados - nº 13.709/2018 (LGPD) estabelece diretrizes para proteger dados pessoais do consumidor. Entre seus principais aspectos está a exigência de que empresas tenham o consentimento do consumidor para utilizar dados compartilhados, sendo assegurado o direito de revogação deste consentimento. Além disso, é garantido também o direito ao conhecimento: seja da quantidade de dados armazenados pela empresa, entidade ou governo, ou ainda se eles forem compartilhados com terceiros. Verifica-se hoje no Estado do Rio de Janeiro, principalmente nas grandes redes de Farmácias e Drogarias, que nada se vende sem o fornecimento do CPF do consumidor. Portanto, é nítida a intenção de captar o CPF do consumidor. Contudo, a abusividade revela-se gritante e ofensiva aos direitos básicos do consumidor conforme está prevista nos artigos 43, parágrafo segundo e 56 do Código de Defesa do Consumidor.
PROJETO DE LEI Nº 3468/2020		PROJETO DE LEI Nº 3470/2020		PROJETO DE LEI Nº 3472/2020
INSTITUI O PLANO DE ATENÇÃO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - PAE - PARA ALUNOS COM DIAGNÓSTICO DE TRANSTORNOS ESPECÍFICOS DE APRENDIZAGEM (DISLEXIA, DISGRAFIA E DISCALCULIA) NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Autor: Deputado MARCELO CABELEIREIRO		DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA INSTALAÇÃO DE PLACAS EM BRAILLE NOS LOCAIS QUE ESPECIFICA NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Autor: Deputado MARCELO CABELEIREIRO		PROÍBE FARMÁCIAS E DROGARIAS DE EXIGIR O CPF DO CONSUMIDOR, NO ATO DA COMPRA, SEM INFORMAR DE FORMA ADEQUADA E CLARA SOBRE A CONCESSÃO DE DESCONTOS, NO ESTADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Autor: Deputado ANDRE CORREA
DESPACHO: A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Educação; de Saúde; de Assuntos Municipais e de Desenvolvimento Regional; e de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle. Em 16.12.2020. DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.		DESPACHO: A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; da Pessoa com Deficiência; e de Economia, Indústria e Comércio. Em 16.12.2020. DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.		DESPACHO: A imprimir e às Comissões de Constituição e Justiça; de Defesa do Consumidor; de Economia, Indústria e Comércio; e de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle. Em 16.12.2020. DEPUTADO ANDRÉ CECILIANO, PRESIDENTE.
A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RESOLVE: Art. 1º.- Fica criado o Plano de Atenção Educacional Especializado - PAE, para os alunos diagnosticados com transtornos específicos de aprendizagem (Dislexia, Discalculia e Disgrafia) nas instituições de ensino públicas e privadas, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Art. 2º.- Fica estabelecido e assegurado aos estudantes das instituições públicas das redes municipal e estadual e das instituições privadas, da educação básica e superior, a avaliação diagnóstica e o acompanhamento educacional especializado aos alunos diagnosticados com transtornos específicos de aprendizagem, sendo eles a Dislexia, Discalculia e Disgrafia. Art. 3º.- O diagnóstico e o acompanhamento especializado de que trata o art. 2º deve ocorrer em primeira instância pela unidade educacional e, a seguir, por uma equipe multidisciplinar composta por pedagogo, fonoaudiólogo, psicólogo e neurologista, sendo este atendimento em parceria com a Secretaria de Estado de Saúde, Assistência Social e Cidadania e outras instituições sociais e educacionais. Parágrafo único - No caso da detecção de possíveis sinais de déficit de aprendizagem dentro da escola, caso haja necessidade, o aluno deverá ser encaminhado ao Sistema de Saúde, com laudo técnico pedagógico para o estudo e diagnóstico da equipe multiprofissional, o que assegurará ao estudante o direito de acesso aos recursos pedagógicos e didáticos para o desenvolvimento global de sua aprendizagem com ferramentas diferenciadas. Art. 4º.- A Instituição de ensino deverá desenvolver um sistema de informação e acompanhamento dos alunos diagnosticados com transtornos específicos de aprendizagem (Dislexia, Discalculia e Disgrafia) através de cadastro específico, para a criação de estratégias de intervenção, possibilitando assim a recuperação desses alunos. Art. 5º.- As instituições de ensino em todo o Estado do Rio de Janeiro deverão assegurar aos estudantes com estes transtornos mencionados o acesso aos mecanismos didáticos adequados ao desenvolvimento escolar, com ferramentas de aprendizagem diferenciadas que: I - permitam o uso do computador (recursos da escola ou próprio do aluno) para elaborar trabalhos escritos, inclusive com uso do corretor ortográfico; II - permitam a realização de provas orais; III - permitam o acesso à máquina de calcular, tabelas, fórmulas, dicionários e outras ferramentas (recursos da escola ou próprio do aluno) durante as lições, bem como nas provas aplicadas; IV - permitam gravação de aulas expositivas (recursos da escola ou próprio do aluno), visto que o aluno com transtornos específicos de aprendizagem (Dislexia, Discalculia e Disgrafia) apresenta dificuldades para anotar e prestar atenção simultaneamente; V - permitam aos estudantes um tempo adicional para a realização de provas, mediante a apresentação de ludos que comprovem as necessidades especiais educacionais. Parágrafo único - Ficam garantidos, através desta Lei, critérios diferenciados de avaliação para a correção de provas e redações. Art. 6º.- Devem o Estado, municípios e a rede privada, garantir a formação continuada aos professores, a fim de capacitá-los para a identificação e atendimento precoce dos estudantes com possíveis sinais de transtornos específicos de aprendizagem (Dislexia, Discalculia e Disgrafia). Art. 7º.- Neste Plano criado por esta Lei, deverão conter: I - campanhas educativas de combate ao preconceito para o aluno com transtornos específicos de aprendizagem (Dislexia, Discalculia e Disgrafia diagnosticados); II - elaboração de material de trabalho para profissionais das instituições de ensino; III - realização de palestras e oficinas envolvendo a comunidade escolar. Art. 8º.- Fica o Poder Executivo autorizado a realizar parcerias com entidades públicas e particulares para o provimento do diagnósticos e atendimento educacional especializado aos alunos com transtornos específicos de aprendizagem. Art. 9º.- Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação. Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 15 de dezembro de 2020. Deputado MARCELO CABELEIREIRO		JUSTIFICATIVA A inclusão social é uma grande conquista para o reconhecimento e a legitimação dos direitos dos deficientes na sociedade, pois permite que estes indivíduos frequentem as escolas regulares, usufruam o direito de ir e vir com segurança, enfim sejam pessoas socialmente participativas nas diferentes esferas da sociedade como um todo. Conforme a Constituição Federal, Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, art. 2º, inciso I, que trata sobre a acessibilidade: (...) "acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida Este inciso trata justamente da questão da legitimação destes direitos, da promoção do acesso de pessoas deficientes a locais públicos. Particularmente, tratamos nesta proposição, os deficientes visuais pois eles necessitam da eliminação de barreiras que lhes assegure acesso aos bens culturais e sociais, como também segurança na sua locomoção. Sabemos que muitas pessoas já passaram por transtornos ou mesmo acidentes nos mencionados meios de locomoção, cada vez mais comuns em nossa sociedade. Contudo, nem sempre há instruções quanto ao seu uso adequado. Vale lembrar que a NBR 9050 de 2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), estabelece critérios e parâmetros técnicos aplicáveis a projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Em função da relevância desta proposição, peço aos Nobres Pares para a aprovação desta lei.		JUSTIFICATIVA A presente proposição é baseada em Lei que vigora no Estado de São Paulo e tem o escopo de proteger dados pessoais do consumidor. A Lei Geral de Proteção de Dados - nº 13.709/2018 (LGPD) estabelece diretrizes para proteger dados pessoais do consumidor. Entre seus principais aspectos está a exigência de que empresas tenham o consentimento do consumidor para utilizar dados compartilhados, sendo assegurado o direito de revogação deste consentimento. Além disso, é garantido também o direito ao conhecimento: seja da quantidade de dados armazenados pela empresa, entidade ou governo, ou ainda se eles forem compartilhados com terceiros. Verifica-se hoje no Estado do Rio de Janeiro, principalmente nas grandes redes de Farmácias e Drogarias, que nada se vende sem o fornecimento do CPF do consumidor. Portanto, é nítida a intenção de captar o CPF do consumidor. Contudo, a abusividade revela-se gritante e ofensiva aos direitos básicos do consumidor conforme está prevista nos artigos 43, parágrafo segundo e 56 do Código de Defesa do Consumidor.
JUSTIFICATIVA A educação está garantida na Constituição Federal e tem como objetivo assegurar juridicamente o indivíduo. Portanto, a educação é um direito de todos. Sendo assim, o aluno deverá receber do estabelecimento de ensino o atendimento educacional necessário para que possa adquirir conhecimento, desenvolvendo-se com dignidade e obtendo a qualificação adequada. Todavia, não há como discriminar ou excluir os disléxicos com a justificativa de que a dislexia não é uma deficiência, e de fato não é, entretanto trata-se de uma disfunção neurológica específica e permanente que dificulta o aprendizado, necessitando estes de técnicas eficazes para compreensão integrada dos conteúdos. A Educação Básica e Superior devem propor meios para a recuperação dos alunos com menor rendimento, construindo uma proposta pedagógica a fim de que superem seus desafios de aprendizagem. Devemos considerar o direito à igualdade e à inclusão de pessoas com transtornos específicos de aprendizagem; Devemos considerar o direito a uma vida escolar digna e livre de preconceitos e limitações impostas; Devemos considerar que todo estudante tem o direito fundamental à educação; Devemos considerar que todos têm o direito a um futuro com qualidade devida, dada a oportunidade de atingir e manter um nível acadêmico satisfatório de aprendizagem; Devemos considerar que todos possuem características, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas; Devemos considerar que os sistemas educacionais devem atender e levar em conta a vasta diversidade existente; E com todos estes elementos que apresento aqui, peço aos nobres pares o apoio para a aprovação desta Lei.		JUSTIFICATIVA A inclusão social é uma grande conquista para o reconhecimento e a legitimação dos direitos dos deficientes na sociedade, pois permite que estes indivíduos frequentem as escolas regulares, usufruam o direito de ir e vir com segurança, enfim sejam pessoas socialmente participativas nas diferentes esferas da sociedade como um todo. Conforme a Constituição Federal, Lei 10.098 de 19 de dezembro de 2000, art. 2º, inciso I, que trata sobre a acessibilidade: (...) "acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida Este inciso trata justamente da questão da legitimação destes direitos, da promoção do acesso de pessoas deficientes a locais públicos. Particularmente, tratamos nesta proposição, os deficientes visuais pois eles necessitam da eliminação de barreiras que lhes assegure acesso aos bens culturais e sociais, como também segurança na sua locomoção. Sabemos que muitas pessoas já passaram por transtornos ou mesmo acidentes nos mencionados meios de locomoção, cada vez mais comuns em nossa sociedade. Contudo, nem sempre há instruções quanto ao seu uso adequado. Vale lembrar que a NBR 9050 de 2004, da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), estabelece critérios e parâmetros técnicos aplicáveis a projeto, construção, instalação e adaptação de edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos às condições de acessibilidade. Em função da relevância desta proposição, peço aos Nobres Pares para a aprovação desta lei.		JUSTIFICATIVA A presente proposição é baseada em Lei que vigora no Estado de São Paulo e tem o escopo de proteger dados pessoais do consumidor. A Lei Geral de Proteção de Dados - nº 13.709/2018 (LGPD) estabelece diretrizes para proteger dados pessoais do consumidor. Entre seus principais aspectos está a exigência de que empresas tenham o consentimento do consumidor para utilizar dados compartilhados, sendo assegurado o direito de revogação deste consentimento. Além disso, é garantido também o direito ao conhecimento: seja da quantidade de dados armazenados pela empresa, entidade ou governo, ou ainda se eles forem compartilhados com terceiros. Verifica-se hoje no Estado do Rio de Janeiro, principalmente nas grandes redes de Farmácias e Drogarias, que nada se vende sem o fornecimento do CPF do consumidor. Portanto, é nítida a intenção de captar o CPF do consumidor. Contudo, a abusividade revela-se gritante e ofensiva aos direitos básicos do consumidor conforme está prevista nos artigos 43, parágrafo segundo e 56 do Código de Defesa do Consumidor.